

Referencial teórico:

BATISTA, Aline Pozzolo; MEDEIROS, Juliana Lima (Orgs). **Psicologia e Polícia Diálogos Possíveis**. Ed. Juruá, Curitiba, 2017.

BRASIL. Lei n. 11.340, de 7 de agosto de 2006. Planalto. Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do §8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres e da Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher; dispõe sobre a criação dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher; altera o Código de Processo Penal, o Código Penal e a Lei de Execução Penal; e dá outras providências. Brasília, DF [http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11340.htm - acesso em: 20 jan 2018].

Presidência da República. Lei nº 14.188, de 28 julho de 2021. Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher previstas na Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha), e no Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), em todo o território nacional; e altera o Decreto-Lei nº 2.848, de 7 de dezembro de 1940 (Código Penal), para modificar a modalidade da pena da lesão corporal simples cometida contra a mulher por razões da condição do sexo feminino e para criar o tipo penal de violência psicológica contra a mulher. Disponível em < L14188 (planalto.gov.br) >. Acesso em 31 de agosto de 2021.

CFP (2005). Resolução do CFP Nº 010/2005. Aprova o código de ética do profissional do psicólogo. Brasília. CFP. Disponível Em: http://www.pol.org.br/pol/cms/pol/legislacao/codigo_ética. Acesso Em: 02 de agosto de 2014.

CFP (2019). Resolução n.º 006/2019. Institui regras para a elaboração de documentos escritos produzidos pela(o) psicóloga(o) no exercício profissional e revoga a Resolução CFP nº 15/1996, a Resolução CFP n.º 07/2003 e a Resolução CFP n.º 04/2019. Brasília, DF: Conselho Federal de Psicologia.

Ramos, Ana Luísa Schmidt. Violência psicológica: o dano psíquico como crime de lesão corporal/Ana Luísa Schimdt Ramos – 2ª ed – Florianópolis {Sc}: Emis, 2019.

Rovinski, S. L. R. (2007). Fundamentos da perícia psicológica forense. São Paulo: Vetor.

BEIRAS, Adriano; CARDOSO, David Tiago. Diálogos entre teorias feministas e construcionismo social nas intervenções sobre violências: Implicações para uma psicologia social jurídica. In: SAMPAIO, C.R.B. (Org.) OLIVEIRA, C. F. B. de (Org.) NEVES, A. L. M. (Org.) BEIRAS, A. (Org.) PSICOLOGIA SOCIAL JURÍDICA: novas perspectivas da psicologia na interface com a justiça. 1. ed. Curitiba-PR: EDITORA CRV, 2020.

NOTHAFT, Raíssa Jeanine; BEIRAS, Adriano. O que sabemos sobre intervenções com autores de violência doméstica e familiar?. Rev. Estud. Fem., Florianópolis, v. 27, n. 3, e56070, 2019. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-

026X2019000300206&lng=en&nrm=iso>. access on 01 Feb. 2021. Epub Oct 21, 2019.
<https://doi.org/10.1590/1806-9584-2019v27n356070>.

MEDRADO, Benedito; LYRA, Jorge. Por uma matriz feminista de gênero para os estudos sobre homens e masculinidades. *Rev. Estud. Fem.* 16 (3), 2008. <https://doi.org/10.1590/S0104-026X2008000300005>

BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: quando a vida é passível de luto?*. Tradução de Sérgio Tadeu de Niemeyer Lamarão e Arnaldo Marques da Cunha; revisão de tradução de Marina Vargas; revisão técnica de Carla Rodrigues. 1ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2015.

CARDOSO, David Tiago; BEIRAS, Adriano. Política Pública de Assistência Social: Um lugar para o trabalho com homens autores de violência. *Revista Estudos de Políticas Públicas* 4 (2), 42-54, 2018. DOI: 10.5354/0719-6296.2018.51736